

ESPAÇO E OCUPAÇÃO: PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA HISTÓRIA LOCAL DO PLANALTO NORTE CATARINENSE SOB A ÓTICA DA ETNICIDADE

Eloi Giovane Muchalovski (FAFI/UV)

Prof. Orientador: Ms. Ilton César Martins

Em essência, este trabalho caracteriza-se por ser uma proposta conciliatória entre três campos científicos, a Antropologia, a Geografia, e, com mais efervescência, a História. Com este triângulo de científicidades, buscaremos compreender a estruturação de um povo local sob a esfera da regionalização, especificamente da região do Planalto Norte de Santa Catarina. Dentro dessa conciliação, procuramos analisar historicamente, as relações étnicas entre os diferentes grupos humanos, que primitivamente habitaram, posteriormente lavraram e colonizaram o referido território em diferentes momentos históricos, estabelecendo dentro dessas interações um mecanismo de conceituação da etnicidade e da regionalidade. Como também, pontuar a mescla de possibilidades metodológicas que este tipo de interação poderá propiciar na observância dos grupos étnicos. Sendo assim, o estudo a que nos propomos, não se caracteriza por um levantamento de dados e fatos político-administrativos, ou exaltador de um determinado grupo étnico; refere-se essencialmente em estudar a formação imaginária do espaço planaltino dentro de um processo histórico. Essa busca se faz na abordagem das minorias, dos vencidos; característico de nosso modelo historiográfico, a Etno-História. Dentro dessa perspectiva, buscamos contar e reconstituir a História focando o habitante, desde o primitivo indígena, o tropeiro, o caboclo e o emigrante europeu.

Palavras chave: Região, etnia, História.

Abordar as possibilidades e perspectivas de uma História Local, é atualmente fundamental dentro dos novos embates da historiografia contemporânea. Nos vemos em meio a um transbordo de preocupações locais nas mais variadas esferas científicas, parece-nos que as preocupações micro-regionais tomaram repercussões alvoroçadas nos últimos anos. Portanto, como não poderia deixar de ser, a História toma “carona” nessa condutividade de enfoques locais, produzindo material bibliográfico em “escala industrial”, porém, muitas vezes, vemos uma falta de direcionamento para tais problemáticas, ou seja, há carência de uma metodologia conceitual em vários trabalhos que abordam essa regionalização.

Encontramos nas bibliotecas universitárias, uma grande quantidade de monografias de graduação com preocupações locais, em conseqüência, percebemos também, uma deficiência qualitativa nas observações empreendidas nesses textos. Há demasiadamente uma insistência por observações político administrativas, fazendo desses trabalhos uma narrativa, muitas vezes sem qualquer cientificidade, priorizando uma seqüência de fatos e dados sem uma devida abordagem crítica. Em outros casos, observa-se a existência de objetivos centralizadores, isto é, que procuram na abordagem um determinado grupo dominante a única explicação para todo um processo histórico, exaltando maiorias e vencedores, em detrimento das minorias e dos vencidos. Estes últimos, feitos coadjuvantes na representatividade histórica.

Para elucidarmos essa suposta deficiência, arriscamo-nos a levantar duas possíveis fontes de origem: Primeiro, devemos compreender o que faz dos acadêmicos atraírem-se em proporções volumosas pela História Local. De fato, o que temos percebido, é que muitos dos universitários que estão hoje nas faculdades, têm uma origem interiorana, não são oriundos dos grandes centros, isto devido a uma universalização do acesso ao ensino superior, seja por melhorias das escolas públicas, que passaram a atender alunos até então isolados, ou pelas ações governamentais, cedendo bolsas e financiamentos. Este perfil de acadêmico tem, costumeiramente, apego pelo seu local de nascimento ou vivência, isto faz com que o mesmo empreenda objetivos de resgate local, sejam eles em termos econômicos, políticos ou culturais, explicando a volumosidade deste tipo de problemática nas monografias acadêmicas.

Em segundo lugar, por se tratar de uma abordagem muitas vezes inédita, muitos destes universitários sentem-se atraídos pelo enfoque local, devido a razão de serem os primeiros a redigir uma análise daquele determinado espaço, o qual têm afetividade, sentindo-se satisfeitos e empolgados nos trabalhos de pesquisa. Também devemos levar em consideração que o fato desse ineditismo, tira uma certa pressão sobre o acadêmico, visto que abordagens abrangentes, macros, acarretam uma carga maior de interpretação. Analisar problemáticas em termos de Brasil, por exemplo, exige leitura e compreensão de uma série de estudiosos que já trabalharam o assunto, prejudicando em certa medida o almejo do chamado ineditismo.

Desta forma, como já mencionamos, em grande parte das tentativas de análise local temos uma narratividade. A busca da conceituação e da metodologia devem ser constantes. Neste direcionamento, passaram a surgir nos últimos anos uma série de periódicos que priorizam como temática principal os estudos regionais/locais.

Nesse sentido, este texto propõem-se em apresentar possibilidades e perspectivas da abordagem da História Local sob a ótica da etnicidade, focando para tal, a região geopolítica do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina. Sendo assim, procuramos, a partir de então, concisamente conceituar “região” e “eticidade”, como modelo metodológico para o estudo dos espaços.

A RESPEITO DO CONCEITO DE REGIÃO

Conceituar região foi, e vem sendo, intento de vários estudiosos, sejam eles da Geografia, História ou das Ciências Sociais. Portanto, se faz necessário abordarmos algumas formas de conceituação elaboradas nas últimas décadas, para que possamos, ao final deste artigo, aliarmos essas considerações ao conceito de etnicidade, estruturando nossa perspectiva de abordagem dos mesmos dentro da História Local.

Segundo o dicionário Aurélio (2001, p. 630) região é um “território que se destingue dos outros por características próprias”. Porém tal definição, mesmo que tenha fundamentos geográficos, não nos é satisfatório; muito menos ao pensarmos região como conceito. Vários campos científicos, preocupados em designar uma definição mais precisa, buscaram na últimos tempos abordar os conceitos, e dentro dessa preocupação científica, inúmeras hipóteses e teses foram laçadas ao conhecimento acadêmico.

O provável grande erro em vários desses trabalhos de conceituação, ao nosso ver, enquadra-se no isolamento de análise das diversas científidades, ou seja, em muitos casos, geógrafos, ensejaram por referencial apenas a Geografia para elaborarem sua definição; em outros, tão somente os sociólogos com base na Sociologia; historiadores, focando apenas o referencial histórico; e assim subseqüentemente.

O ponto primordial, dentro dessa incessante busca conceitual, aconteceu quando as diversas disciplinas acordaram para a nova realidade do mundo científico, onde nenhuma das ciências existe por si só, nenhuma é capaz de totalizar as diferentes formas de abordagem.

Estamos vivendo em uma atualidade ramificada e interligada, momento em que a individualidade dos conhecimentos não se sustenta, e não faz juz a uma credibilidade consistente nas esferas conceituais. Vivemos na era da interdisciplinalidade, era de fusões, de união dos diferentes campos do conhecimento humano na constante busca de interpretações para realidade física e conceitual.

Sendo assim, e em meio a essa tônica, percebemos um caminho trilhado sobre a conceituação de região. Recentemente, tem sido comum trabalhos com abrangência regional, em face do pioneirismo metodológico que Braudel fez ao lançar “O Mediterrâneo”, criando uma forma de análise diferenciada na historiografia, mesmo que Febvre tenha “jogado” com os termos geográficos, antes mesmo que Braudel (BARROS, 2005, p 101). As metodologias foram aprimoradas, discutidas e reelaboradas, e hoje, temos em consequência, de forma on-line ou impressa, uma série de revistas científicas focando os aspectos regionais. Dentre estas citamos a Revista de História Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a qual possui edições semestrais com conteúdos que têm como preocupação preponderante a regionalização, tendo participação de conceituados historiadores.

A História, desde seu impulso renovador através da Escola dos *Annales*, objetivou novas facetas de estudo, a História Local encontrou-se incluída dentro dessa esfera. Com isso, muitos historiadores lançaram seus olhos sobre as possibilidades de estudo dos espaços, e extraíndo dessas observâncias, excelentes obras científicas. Salientamos porém, que por se tratar de um artigo que procura de forma “generalizante” discutir os conceitos de “região” e “etnicidade”, para uma aplicação específica, não aprofundaremos nossas considerações sobre todo o processo evolutivo destes conceitos. Portanto, quanto ao termo “região” nos atemos aos trabalhos de Cassiano Caon Amorin: “*Discutindo o Conceito de Região*”; e de José D’Assunção Barros: “*História, Região e Espacialidade*”; dois trabalhos bastante consistentes nessa delimitação evolutiva.

Desta forma, segundo Amorin (2007, p. 12), na interdisciplinalidade das diversas ciências humanas com a História:

[...]podemos distinguir duas correntes de entendimento a respeito da definição e delimitação do espaço regional. Na primeira corrente, a definição parte do objeto e não do sujeito do conhecimento. Ao usar interpretações marxistas concorda que o que define e delimita as fronteiras regionais é o modo de produção vigente visto sob um aspecto mais amplo, o qual envolve não só as relações de produção internacionais como a própria dinâmica da luta de classes. Na Segunda corrente, a definição do que seja a região e suas fronteiras surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento. Neste caso colocam-se os trabalhos de Bourdieu e de Ângelo Priori, para estes autores, a região é uma construção do sujeito, que igualmente a delimita, a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade. Para eles a região é um constructo feito a *posteriori*.

Como podemos perceber, em diferentes perspectivas o conceito de região se transfigura. Ou seja, o termo “região” não está necessariamente atrelado a um espaço físico, podemos em diferentes formas de observação delimitarmos diferentes formas de configuração do espaço analisado. Simplificando o que queremos dizer: ao estudarmos um grupo étnico, por exemplo, podemos delimitar seu espaço de atuação fisicamente, com fronteiras naturais existentes involuntariamente, como um rio, uma montanha; ou de forma cultural, onde os limites impostos pela diferenciação de costumes impossibilita, mentalmente, a criação de laços de amizade ou meras relações de afetividade entre indivíduos de grupos diferentes, nas suas estruturações e práticas culturais.

Barros (2005, p. 98) aponta que a:

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relações a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites.

Sinteticamente, o que Barros quer dizer é que a unidade definível de uma região não está puramente no seu espaço físico, é mais que isso, constitui-se de um espaço que possui homogeneidade, isto é, semelhanças e/ou igualdades que o fazem região. Esse pensamento simplificado de homogeneidade, nos parece um pouco incompleto, ao menos dentro das possibilidades historiográficas. Entretanto, Barros (2005, p. 98) mais a frente no seu discurso

reajusta suas concepções ao dizer que “a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto.”

Esse “conjunto mais vasto”, enquadra necessariamente as diversas possibilidades de concepções de uma região. Ela pode ser compreendida e termos lingüísticos, sociais, culturais, econômicos, geográficos, etc. Em fim, devido a decorrente globalização dos diversos processos humanos, sejam eles políticos, econômicos ou culturais, houve uma ruptura dentro das possibilidades de delimitação do enfoques conceituais. Hoje, é quase que inaceitável nos estudos sociais analisarmos um determinado país, por exemplo, sem compreendermos suas ligações externas. Nenhum espaço físico pode ser entendido na esfera social, de maneira exclusivamente interna.

Em meio a diversificação de aplicações dos conceitos regionalizantes é que nasceu a História Local ou, como também conhecida, a História Regional. Contudo, ela ainda está sendo trilhada, delineada, necessitando de novas metodologias a enriquece-la, assim como os diversos conceitos de região estão disponíveis aos estudiosos que os utilize “num currículo virtuoso que, com certeza, engendrará avanços consideráveis na ciências humanas e sociais” (CUNHA, 2000).

Mais especificamente neste estudo, não estamos ofertando um novo modelo conceitual, apenas apresentando perspectivas de uma junção entre as concepções de regionalização e etnicidade. Entretanto, antes de nos aprofundarmos em tais processos de junção, vemos antes a importância de elucidarmos alguns aspectos do termo “etnia”.

A RESPEITO DO CONCEITO DE ETNICIDADE

Como pudemos perceber, a estruturação dos conceitos dentro do campo historiográfico, nos permite uma melhor concepção de entendimento e enquadramento dos fatos históricos. Nesse momento se faz necessário que observamos o “lado B” da proposta que aqui lançamos, precisamos analisar genericamente o conceito de “eticidade”.

Diferenciar os povos, as nações, sempre foi uma preocupação da humanidade. Nesse contexto sugeriram diversos métodos de diferenciação, em grande parte deles, o objetivo preponderante foi justificar a possível existência de uma superioridade entre as etnias. Dentro

dos discursos, a qual a História problematizou, encontramos em vários momentos o intuito da afirmação de uma espécie de superioridade racial. Superioridade, que a nosso ver não existe e nunca existirá, isso em termos étnicos, pois as diferenciações existem, porém permeiam os campos econômicos e sociais.

É fundamental que entendamos que o termo “raça” não é concebível nos estudos antropológicos. Em alguns casos isolados encontramos a utilização do termo marcado entre *aspas*, logicamente para enfatizá-lo como errôneo (SULPINO, 1998). Porém, com a teoria da seleção natural as falácias racistas engendraram um articulado mecanismo de aliciamento, o qual faz existir dentro da sociedade atual um forte discurso racial de superioridade. Contudo, o que é fundamental frisarmos, refere-se ao campo de atuação desse termo, ou seja, estrutura-se hoje apenas nas designações populares, e não mais nos campos científicos das ciências humanas, pois, “o conceito de raça é um dos mais complexos da sociologia, principalmente devido à contradição entre seu uso cotidiano e sua base científica (ou inexistência desta)” (GIDDENS, 2005, p. 205).

Mas o que realmente significa o termo “etnia”. Essa palavra é uma derivação do termo grego *ethnos*, que significa "povo", utilizado na antiguidade geralmente como mecanismo de referência aos estrangeiros, aos povos não gregos. Essa seria sua primitiva existência, mas como não se trata de uma explicação conceitual precisamos discutir a nossa concepção de etnia com base nos estudiosos que delinearão num referencial teórico mais rico.

Assim como o conceito de região, o conceito de etnia, ou etnicidade, também foi alvo de uma vasta gama de trabalhos de delimitação. E em meio a essa busca, muitos historiadores, sociólogos e antropólogos, encejaram problematizações. Dentre eles podemos citar alguns estudiosos com trabalhos de grande expressividade: Weber, Huxley, Haddon, Bordieu, Deniker, Montagu, Giddens, entre outros. Porém, trabalho inovador e com uma estruturação que nos parece bastante cabível dentro das concepções regionais, é o de Fredrik Barth.

Barth “é um dos autores mais citados e, contudo, menos lido pelos antropólogos” (VILLAR, 2004). Isso com certeza não se deve a irrelevância de seu trabalho, muito pelo contrário, Barth buscou novas formas de abordagem do termo etnicidade, elaborou novas

metodologias de concepções dos grupos étnicos, novas formas de entendê-los dentro da esfera cultural e das práticas culturais.

Assim sendo, como explicar essa repulsa de alguns antropólogos aos métodos de Barth? Para que possamos dar resposta a tal indagação, necessitamos antes entender a conceituação desse importante sociólogo.

Barth procura compreender os grupos étnicos de maneira diferenciada, não propõem a observância dos indivíduos na esfera do conteúdo cultural que o permeia, não busca unicamente nas práticas culturais o entendimento da identidade. Sua análise procura respostas no ponto extremo dos contatos, algo que o mesmo chama de fronteira cultural. Segundo Barth, a etnicidade é o método como os grupos se organizam na esfera social, ou seja, é a identificação que se faz nos múltiplos contatos, nas ações de interação, surgindo então discursos de afirmação interna e externa. São essas ações, internas e externas, que rotulam e definem os pertencimentos dentro de um espaço definido.

Villar (2004), comenta sobre a importância da obra bartheriana, mais precisamente sobre as inumeráveis defesas e críticas que recebeu e recebe dos mais diversos estudiosos, porém, aponta uma das possíveis falhas da teoria de Barth para o entendimento dos grupos étnicos. Segundo este autor, “não podemos aceitar sem mais a idéia de um ator que “opta” ou “escolhe” em cada contexto uma identidade étnica, para abandoná-la tão logo lhe resulte inconveniente.”

Por mais que as concepções bartherianas sofram ataques críticos, não podemos negar sua aplicabilidade. Dentro das possibilidades que estudamos, conceituar os extratos étnicos dentro da perspectiva das “fronteiras culturais”, dos confrontos culturais, pelo menos dentro dos conceitos regionalizantes do Planalto Norte Catarinense, se apresenta totalmente viável. Para tanto, é que nos propomos, aqui, trilhar esse caminho de discussões conceituais, demonstrando como as noções de região e etnia podem ser encaradas como modelo norteador nos estudos históricos.

REGIÃO E ETNICIDADE

Estudar os grupos humanos se constitui como inspiração para diversos pesquisadores das ciências humanas. Isso não poderia ser diferente para a História. Muitas vezes este estudo, aqui denominado étnico, está atrelado a um determinado território, não que isso seja via de regra, pois na grande maioria dos casos o conceito de etnia não é concebido por um espaço geográfico, mas sim cultural. Porém, nossa proposta de pesquisa busca analisar o comportamento de grupos diferentes, incluindo suas interações sob um mesmo território, demarcado geograficamente, uma espécie de “Etno-História Local”.

Entretanto, por não ser estruturado em um modelo inovador, não pode ser considerado irrelevante. Muito pelo contrário, é um estudo metodologicamente adequado, que busca na eficiência dos estudos étnicos um parâmetro consistente para a compreensão da história local.

O Planalto Norte Catarinense é carente em termos historiográficos. Na maioria dos textos, que tratam da história da região, apenas se comenta traços generalizantes a respeito dos tropeiros que cruzavam o “caminho do sul”, levando gado do Rio Grande até a cidade de Sorocaba em São Paulo. Em outros casos, são lembrados apenas os coronéis e políticos pertencentes a elite (os vencedores), caracterizando textos de um relato histórico político-administrativo. Aí nos perguntamos, e a sua gente? E a história de sua gente?

Para dar respostas a questionamentos como estes, é que os modelos étnico-históricos se justificam e tornam-se pertinentes, abrangendo a parcela da sociedade que é, em essência, o extrato humano daquele espaço: seus habitantes.

Como pudemos perceber, intropolarizar etnicidade e regionalização não se constitui em uma tarefa simples (por mais que pareça); porém seu resultado, quando alcançado, é em grande parte completo e encantador na sua forma narrativa. Em contra partida, o grande problema que observamos nesses trabalhos está atrelado a sua problemática, muitas vezes o enfoque é exaltador de um determinado grupo étnico. A abordagem é bem feita, os conceitos são bem utilizados, a narrativa tem enredo, mas a análise é insustentável e as negações são múltiplas.

Para esclarecermos o que estamos apontando, vamos nos utilizar, como método exemplificatório, o território planaltino. Sobre tal, há uma vasta quantidade de estudos acadêmicos que problematizam o planalto catarinense. Nestes estudos é muito comum

encontrarmos temáticas como “*O polonês nos planaltos*” ,”*O imigrante alemão no norte de Santa Catarina*”, “*O caminho dos tropeiros*”, etc. Não queremos de maneira nenhuma criticar as temáticas, mas sim o método de análise dessas temáticas, onde todas as outras estratificações étnicas são esquecidas e marginalizadas, ou pior, utilizadas como método comparativo. De trabalhos insuficientes, como estes, as faculdades já não mais precisam; necessitam sim de trabalhos com maior abrangência no método analítico.

Mais uma vez mencionamos: nosso método não vem contemplar todas as possibilidades de abordagem, muito menos apresentar-se como modelo perfeito, apenas apresenta-se como uma possibilidade interpretativa mais abrangente, onde todos os extratos que constituem o espaço territorial em análise devem ser explorados, mesmo que o foco seja um grupo específico.

Cabe aos historiadores buscarem tirar de dentro de si essa ligação truncada com os processos político-administrativos, ou com a exaltação étnica. Precisamos elucidarmos, e darmos cor a novas formas de abordagem; a interpretarmos as minorias. A Etno-História pode ser um instrumento primordial para a História Local, pois como aponta Edgar Ferreira Neto (1997): “a etno-história, enquanto também história de inevitáveis e permanentes contatos culturais, tornou-se, assim, é o estudo dos grupos étnicos e suas interações mútuas”, ou seja, estudar um grupo sem entender suas interações com meio e com os demais grupos, não se caracteriza por um estudo étnico-histórico. Desta forma, ao mesmo tempo que trabalhamos as interações, estamos trabalhando com as diferentes regiões culturais, ou até mesmo delimitando novas regionalizações, buscando satisfazer nossas necessidades organizacionais para melhorarmos nossa delimitação espacial.

Nos estudos que objetivam a “região política” do Palnalto Norte de Santa Catarina, com referência aos processos étnicos, é importante a observância de no mínimo três extratos: o indígena, o caboclo e o imigrante europeu. Esses elementos perfazem o jogo de disputas e alocações dentro da esfera regional.

Inicialmente temos o indígena, ser que chega no mencionado espaço a cerca de seis mil anos, estabelece parâmetros comportamentais e culturais próprios. Se faz dono do território e assim o concebe. Nele estrutura práticas e aprimora as formas de sobrevivência.

Ao desenrolar de um processo de conquista e dominação, iniciado nos primórdios da pré-colonização (1500), aos poucos o ameríndio brasileiro é envolto em projetos aculturizadores.

Com o Xokleng, grupo indígena que habitara o planalto catarinense, os referidos projetos demoraram mas chegaram, e junto ele o extermínio do gentio. É sabido que no momento do descobrimento do Brasil, o número de nativos a habitarem o território que hoje forma o país, era de aproximadamente cinco milhões, embora alguns estudiosos chegam a mencionar que tal numerosidade chegava a dez milhões (RIBEIRO, 2003). Atualmente encontramos pouco mais de vinte mil. É evidente que tal redução não deve-se apenas ao extermínio, a própria dominação acarretou uma mescla, uma interação, e dessa interação com europeus e africanos teremos a conseqüente apropriação de características físicas e das práticas culturais. Um exemplar mencionável dessa mescla é o próprio caboclo, o sertanejo que passou a habitar a região planaltina após a atividade tropeira, alocando-se nos sertões impróprios a criação de gado.

O sertanejo por sua vez, ocupara o espaço de forma bastante semelhante ao Xokleng, porém não habita de forma semi-nômade como o mesmo. Vivia de forma isolada, subexistindo do cultivo de plantas básicas, como o milho e a mandioca, da criação de porcos, como também de caças.

Universalizava seus bens materiais, elaborou uma visão de mundo sem preocupações espaciais, baseada nas trocas de favores com a vizinhança. Tanto que ao passo da inicialização da política imigrantista na região, no século XIX, como forma de povoamento do chamado vazio demográfico – visto que o caboclo por viver isoladamente e de maneira subsistente, não possibilitava uma povoação enriquecedora do espaço, na visão imperial da época – causou um choque de culturas que acabam de certa forma a originar a Guerra do Contestado no início dos 1900.

A ocupação dos sertões pelos imigrantes europeus, pela exploração do mate e da madeira, fez com que as configurações dos espaços culturais, étnicos, sociais, econômicos, políticos e geográficos, sofressem uma catastrófica conturbação das suas bases. Vemos o indígena perder seu direito espacial de existência, o caboclo almejar nos anseios místicos e milenaristas um mundo sagrado, diferente daquele que passara a viver. Já o europeu via-se iniciando um futuro melhor, em um novo país, entretanto buscando conservar as bases

culturais que trouxera consigo da Europa, mas que em certo ponto passa a se transformar ou persistir com mais força, através dos múltiplos contatos.

Como vemos, em diversos momentos podemos nos utilizar do jogo metodológico entre os conceitos de região e etnicidade para compreendermos os processos históricos do Planalto Norte. Isso também se aplica em outros espaços geo-políticos, basta enquadrarmos perspectivas de abordagem com uma análise de fontes focada nos objetos conceituais de delimitação da problemática. Não podemos considerar esse método suficientemente delineado e acabado, como o próprio título deste trabalho propõem, são apenas perspectivas, as quais necessitam de aplicação e análise de resultados.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cassiano Caon. Discutindo o conceito de região. In:_____. **Revista Estação Científica Online**. n. 04, abril/maio. Juiz de Fora, 2007.

AURÉLIO. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; Coordenação de edição, Maragrida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; Lexicografia, Margarida dos Anjos [et al.]. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. In:_____. **Revista de História Regional**. v. 10, n. 1: p.95-129. Ponta Grossa, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In:_____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: 1989.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. In:_____. **Revista de História Regional**. v. 5, n. 2. Ponta Grossa, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **A Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

NETO, Edgar Ferreira. História e Etnia In:_____. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 313 - 328.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Identidade, território, pertencimento. In:_____. **Psicologia & Práticas Sociais**. v.2, n.1, 1995.

SULPINO, Maria Patrícia Lopes. Conceito de etnicidade: breve revisão teórica. **Reunião de Antropologia do Mercosul**. Pirianópolis/Uruguai, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In:_____. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de etnicidade na obra de Fredrik Barth. In:_____. **Revista Mana**. V. 10 n. 1. Rio de Janeiro, abril de 2004.